

A luta continua: Servidores vão ocupar Brasília na semana que vem contra PEC 32

Os três dias de pressão dos servidores e servidoras municipais, estaduais e federais, representantes da CUT e demais centrais sindicais, em Brasília, funcionaram e a votação do relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa na comissão especial da Câmara dos Deputados, prevista para esta quinta-feira (16), foi adiada para a próxima semana. A categoria e representantes das centrais já preparam novas ações para semana que vem em todo o país, especialmente em Brasília.

Parlamentares contrários à PEC 32 reforçaram que a mobilização nas ruas e nas redes do conjunto dos servidores e sindicalistas, como o presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, que participou dos atos na terça-feira (14) e visitou gabinetes de deputados para alertar sobre os prejuízos da PEC 32 para o Brasil e para os brasileiros, foi determinante para o adiamento da votação do projeto da dupla Jair Bolsonaro (ex-PSL)/Paulo Guedes, ministro da Economia.

Formigas vermelhas

Deputados governistas foram alvo da pressão implacável de dezenas de dirigentes sindicais que se espalharam pelos corredores da Casa feita formigas, com suas bandeiras vermelhas e palavras de ordem, para exigir o voto contrário dos parlamentares à PEC que privatiza direitos essenciais, como saúde, educação e segurança, e fere de morte o atual modelo de serviço público previsto na Constituição Cidadã.

"Eles podem parecer gigantes, mas nós somos muitas formigas e quem não pode com a formiga não ataca o formigueiro!", avisou a presidenta da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam/CUT), Jucélia Vargas.

O deputado Gervásio Maia (PSB-PB) destacou o incômodo de muitos parlamentares com a pressão, principalmente nas redes sociais. Segundo o parlamentar, muitos deputados chegaram a insinuar que 'robôs' estariam sendo usados na campanha de pressão contra a PEC 32. Mas o engajamento da categoria e o trabalho de esclarecimento junto à sociedade são os responsáveis diretos desse resultado, diz nota da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

A mobilização e a pressão, de acordo com a Condsef, vão continuar na semana que vem em todo o país, especialmente em Brasília. Neste sábado (18), o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef/ Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Fenadsef) vai se reunir para fortalecer a luta nos estados.

A Confetam vai na mesma linha. Diz em seu site que, apesar da vitória, não há tempo para comemoração ou descanso. De acordo com a Confetam, os sindicatos, federações e confederações CUTtistas que representam os servidores públicos das três esferas de governo em todas as áreas de atuação já começaram a convocar suas bases a voltarem à Brasília para acompanhar a votação na terça-feira (21). intensificar a pressão pela derrota da PEC 32.

Sem votos, Lira adia votação da PEC 32

"Não podemos errar no placar", disse o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), deixando claro que adiou a votação por não ter votos suficientes para aprovar a proposta que destrói o serviço público do país e ataca os direitos dos servidores e servidoras.

E foi por não ter votos suficientes para garantir a aprovação, que

Lira convenceu o presidente da comissão, deputado Armando Monteiro (PP-PE), e o relator da matéria, deputado Arthur Maia (DEM-BA), a adiarem a votação para esta terça-feira (21). Na data, o relator deve apresentar uma terceira versão do relatório, com novas mudanças de conteúdo para tentar agradar o mercado e vencer a resistência dos próprios deputados da base de apoio ao desgoverno Bolsonaro.

"Na próxima terça, é necessário ter mais companheiros e companheiras aqui (em Brasília). Vamos fazer rodízios. Os estados que vieram podem retornar e os outros que não vieram devem vir à Brasília porque essa é uma luta incessante. A gente volta pra casa, mas não pro descanso porque a gente não arreda pé da resistência e da luta para derrotar essa PEC", convocou a secretária de Combate ao Racismo da Confetam, Vilani Oliveira.

Ações nos municípios

Secretário adjunto de Comunicação da Confetam, Vlamir Lima enfatizou que tão importante quanto a luta em Brasília é a mobilização das trabalhadoras e trabalhadores das prefeituras nos estados. "É importante essa mobilização também continuar nos estados e municípios para garantir que os servidores de todo Brasil das três esferas – federal, estadual e municipal -, continuem a pressão em cima dos deputados para que votem contra a Reforma Administrativa".

Caso seja aprovada na comissão especial da Câmara nesta terça-feira (21), a PEC 32 pode ser levada a Plenário logo no dia seguinte, caso esta seja a decisão do presidente Arthur Lira, que tem a prerrogativa de definir quais matérias entram na pauta de votação da Casa.

Fonte: Condsef



Decisão de Gilmar Mendes sobre dívida trabalhista pode afetar ações

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, em decisão monocrática, ou seja, sem a aprovação dos demais ministros da Corte, deu ganho de causa a um recurso de uma empresa que não quer assumir a dívida trabalhista de outra empresa do mesmo grupo econômico que perdeu uma ação na Justiça do Trabalho.

Para Gilmar Mendes, ao entrar com a ação requisitando que a “empresa mãe” pague a dívida, o advogado do trabalhador deveria ter listado desde o início do processo os nomes de empresas que seriam responsáveis pelo pagamento, como se fosse possível adivinhar que a devedora iria falir antes do final do processo.

O ministro tomou a decisão com base no parágrafo 5º do artigo 513 do Código de Processo Civil (CPC) de 2015. Normalmente, os juízes trabalhistas incluem empresas do mesmo grupo econômico apenas na fase de execução das ações.

O advogado Ricardo Carneiro do escritório LBS, que atende a CUT Nacional, explica que é como se o Bradesco Seguro quebrasse, e o trabalhador ficasse sem receber porque o grupo do Banco Bradesco não foi incluído desde o início da ação como parte do processo, por exemplo.

“É comum num grupo econômico empresas quebrarem como estratégia comercial e financeira, e com isso os trabalhadores ficam na mão, sem que ninguém seja responsável pelo crédito de pagar os direitos trabalhistas”, diz Carneiro.

Segundo o advogado, a decisão de Gilmar Mendes não é definitiva, porém pode abrir um precedente perigoso para o trabalhador.

Ele explica que o ministro do STF julgou apenas um recurso da empresa que pede que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) se posicione sobre o caso. Como o TST não se posicionou por entender que não tinha procedimento o pedido da empresa, seus advogados recorreram para que o Supremo “provocasse” o TST a se manifestar.

“Chama atenção o fato do Supremo julgar ações de ordem Constitucional, o que não é este caso. É uma decisão de natureza processual que não deveria estar no crivo do STF. Um recurso extraordinário é necessário quando há violação direta da Constituição e não há norma constitucional trabalhista”, afirma Carneiro.

Entenda o trâmite da ação

A Amadeus Brasil LTDA entrou com um recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho pedindo o não reconhecimento do passivo da dívida trabalhista que uma das empresas do seu grupo tinha, mas não pagou. O presidente ou o vice-presidente do TST não analisaram o caso, que não foi adiante.

A empresa decidiu recorrer ao Supremo com um recurso extraordinário que foi “denegado” (não concedido) pelo ministro Dias Toffi. A empresa entrou com um



agravo interno, que na distribuição do STF caiu para Gilmar Mendes que, por decisão monocrática, deu provimento para anular a decisão do TST de não dar continuidade ao caso e pede que seja proferido um novo julgamento.

Caso o TST não se posicione novamente o recurso da empresa será analisado pelo Plenário do Supremo. Já se o TST julgar a ação da empresa improcedente, a empresa pode entrar com novo recurso junto ao STF e um novo processo de admissibilidade poderá fazer o processo do trabalhador voltar à estaca zero.

“A Justiça do Trabalho é de natureza alimentar, o trabalhador precisa receber seus direitos até para colocar comida no prato. É uma verba de prioridade absoluta sobre qualquer outra coisa e o ministro do Supremo não deveria entrar num assunto que não compete à Corte”, diz Carneiro.

Para o advogado caso o recurso vá a julgamento no Plenário do Supremo, a maioria dos ministros, podem se posicionar contra a decisão de Gilmar Mendes.

Fonte: CUT